

Diário de Notícias. 17/06/1975

1/2

DINAMIZAR O SECTOR INDUSTRIAL E CONTROLAR A PRODUÇÃO E O MERCADO

— preocupação do respectivo secretário de Estado —

Falando sobre as linhas de actuação do seu Ministério, o eng.º Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, refere-se, nesta sua entrevista, ao «Diário de

Notícias», ao papel fundamental da participação dos trabalhadores no «contrôle» da produção.

A propósito, este membro do Governo aponta formas desse

«contrôle», já em experiência em alguns sectores, diferentes, das nacionalizações. Formas essas que, o eng.º Martins Pereira considera, neste momento, «mais progressistas e mais

avanzadas» do que as próprias nacionalizações, porque mais propícias à participação das massas trabalhadoras.

Entrevistado no seu gabinete, instalado no antigo Palácio de Condeixa, na Rua da Horta Seca, o eng.º Martins Pereira — antes de dois ensaios sobre a realidade portuguesa, «Pensar Portugal Hoje» e «Indústria, Ideologia e Quotidiano» — afirmaria, ainda, que a actuação do seu Ministério compreende medidas a adoptar a curto prazo. No entanto, como sublinhou, e no âmbito desta actuação, a sua preocupação fundamental é a dinamização do sector, industrial, tendo em consideração duas grandes linhas de acção: a dinamização pelo «contrôle» da produção e a dinamização pelo mercado.

O secretário de Estado da Indústria e Tecnologia falar-nos-ia, ainda, do acordo de cooperação industrial com a Polónia, no sector naval, recentemente anunciado, e da batalha da produção, a qual o eng.º Martins Pereira considera que não deve reduzir-se a um mero «slogan» publicitário.

(Continua na 2.ª página)

MARTINS PEREIRA
SC1. VIDA PÚBLICA
SSC1. SEIT
SR17. ENTREVISTAS



A DINAMIZAÇÃO DO SECTOR INDUSTRIAL PASSA PELA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

(Continuado da 1.ª página)

A actuação do Governo no sector industrial

«D. N.» — Quais as linhas gerais e fundamentais da actuação do Governo, mais especificamente do Ministério da Indústria, em relação ao sector industrial?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — Após a tomada de posse e entrada em funções da respectiva equipa, a preocupação do Ministério da Indústria foi elaborar um programa interno compreendendo um conjunto de medidas a adoptar a curto prazo, programa que, posteriormente, foi discutido e aprovado em Conselho de Ministros Económico.

Na verdade, a maior parte dos problemas com que se debate a Indústria exige acções a curto prazo. Não são, contrariamente ao que gostaríamos de dizer, problemas de investimento e de longo prazo. Estes são problemas de fundo, pois «determinam» o futuro; temos simultaneamente de pensar neles, mas sem esquecer que o destino do processo revolucionário português se decidirá em grande parte nas decisões que forem tomadas (não só no campo industrial) a relativamente a curto prazo.

Há uma série de sectores efectivamente em crise por diversas razões. Uma delas é, sem dúvida, a desagregação do sistema económico, os mecanismos de decisão e toda uma viragem política apontando para uma nova racionalidade de produção para novas relações sociais, o que, como é natural, causou uma série de traumatismos. Outra, os problemas resultantes de ligações muito íntimas com o mercado internacional, em situação de crise, como se sabe, e, por outro lado, as dificuldades que nos foram (e têm sido) provocadas, interna e externamente, independentemente da crise capitalista que continua a arrastar-se.

Portanto, a nossa preocupação in-

e, conjuntamente, por órgãos representativos dos trabalhadores, que se aplicam a fazer o chamado «contrôle» de produção, a nível sectorial.

Há, portanto, um conjunto de empresas, há comissões de trabalhadores ou de «contrôle» de produção. O Estado, por sua vez, em ligação com essas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impôr determinadas normas, intervir na repartição de investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas.

E, quando digo que este esquema

da nacionalização da Banca, passaram a ser controladas pelo Estado.

Acordo com a Polónia: um exemplo de cooperação industrial

«D. N.» — Ainda, em relação ao mercado, foi, recentemente, negociado um acordo com a Polónia respeitante à indústria naval. Qual o significado para o sector desse acordo?

Secretário de Estado da Indústria — Este acordo é original e serve de

Entrevista de Mário Rosendo

é progressista, é neste sentido. Um esquema destes apela, de facto, para uma vigilância permanente das próprias comissões de trabalhadores, através da sua participação no órgão estatal e da sua acção a nível das empresas, o que, repito, pode ser, potencialmente, mais progressista do que, em certos casos, uma nacionalização imediata.

Isto, no entanto, não significa que não haja sectores em que só é concebível, como, aliás, já aconteceu, a nacionalização imediata, até porque eram os centros de acumulação monopolista. Essas nacionalizações teriam, pois, que ser feitas e ainda, provavelmente, haverá outras.

Há, porém, outros sectores em que a experiência do outro tipo me parece mais aconselhável.

Experiências nos sectores da metalomecânica e da indústria naval

«D. N.» — Esses sectores coincidem com aqueles em que predominam as pequenas e médias empresas,

exemplo para outros do mesmo tipo. Neste acordo com a Polónia, que designamos de cooperação industrial, põem-se em comum meios de produção, com o objectivo de completar as capacidades existentes entre os dois países.

Para os nossos estaleiros, o acordo tem um interesse muito grande, pois pode assegurar-lhes uma ocupação bastante considerável, nos próximos anos, mas dentro de uma cooperação técnica com a Polónia que, para nós, tem um interesse complementar na medida em que poderemos adquirir, através dessa cooperação, conhecimentos tecnológicos e de projecto que não dispomos.

O acordo com a Polónia pode, assim, ter um efeito de dinamização pelo mercado, embora, na realidade, o sentido do acordo não seja criar mercados para os nossos estaleiros.

E, de facto, um acordo de cooperação industrial em que os meios técnicos, existentes nos dois países, são postos em comum para a produção que interessa aos dois países.

Para nós, seria extremamente interessante que acordos deste tipo pudessem vir a ser assinados noutros domínios e com outros países. Inclusivamente, não é de excluir que, mesmo com a Polónia, venha a haver novos acordos deste tipo, mas noutros domínios, como no sector da metalomecânica. Por parte do governo polaco, nota-se, é justo sublinhar, uma abertura e compreensão muito grandes à situação portuguesa.

A reconversão da indústria automóvel

«D. N.» — Um dos pontos que, ultimamente, tem estado em foco, é o caso das linhas de montagem automóvel. Fala-se na necessidade de reconversão dessa indústria, na diminuição de modelos automóveis montados em Portugal. Qual a política a seguir pelo Ministério da Indústria?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O caso da indústria automóvel é uma das heranças mais dramáticas, do ponto de vista industrial, do anterior regime, na medida em que se promoveu a instalação de duas dezenas de linhas de montagem, em que o valor acrescentado nacional é muito reduzido, e se multiplicou o numero de marcas e mo-

me venham acenar com o espectro da autogestão e dos seus riscos num contexto capitalista. Quer se goste quer não, há hoje em Portugal numerosas experiências muito positivas de autogestão, não só no sector industrial, que compete precisamente aos órgãos de «contrôle» sectorial sustentar e apoiar — em conjunto com outras formas de «contrôle» da produção a nível empresarial —, e cujos riscos poderão ser minimizados se se encontrarem formas de «contabilidade social» de transição que gradualmente subtraíam o sistema económico à lógica do lucro privado. Tudo isto está por discutir, mas é de vital importância política.

Não se pode resumir a batalha da produção a um «slogan» publicitário

«D. N.» — Parece-nos que todo este esquema acima traçado sobre a dinamização do «contrôle» da produção se insere também na batalha da produção.

Não será?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — Repare que, sem o explicitar, ainda não falámos até aqui de outra crise que não fosse a batalha da produção. Eu penso que não se pode resumir a batalha da produção a um «slogan» publicitário. Seria extremamente grave que

A maior parte dos problemas com que se debate a Indústria exige acções a curto prazo. Não são, contrariamente ao que gostaríamos de dizer, problemas de investimento e de longo prazo

as pessoas fossem arrastadas por uma via desse tipo; para produzir sem saber o quê, como, para quê, para quem...

Em muitas empresas, admito que os trabalhadores tenham empenho em produzir, em tirar dos equipamentos e das suas capacidades o maior rendimento. Mas, como vimos, há problemas de mercado, de financiamento e tantos outros e penso que, de certa maneira, pode ser frustrante, em certos casos, o lançar uma batalha da produção de uma forma relativamente discriminatória.

Quando digo discriminatória é no sentido de apontar exemplos de trabalhadores — por quem, aliás, penso que deve haver toda a admiração — mas que estão em situação favorável em relação a outros que só não produzem, porque não têm condições de o fazer. E são essas condições que o Ministério da Indústria conjuntamente com outros ministérios e comissões de trabalhadores, está a tentar criar.

A imagem do trabalhador exemplar pode revelar-se um pouco contraproducente e, mais do que isso, certas afirmações que têm sido feitas recentemente, e por pessoas



O secretário de Estado da Indústria ao «D. N.»: tual, do que as próprias nacionalizações» progressistas, mais avançadas na fase ac«Há formas de «contrôle» com potencialidades mais (Foto «D.N.» — Acácio Franco)

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlar a produção e de participar a fundo na dinamização do seu próprio sector, não julgo que se possa falar de uma batalha de produção verdadeiramente revolucionária

cide sobre dois aspectos muito concretos, sendo um o «contrôle» dos serviços básicos da Indústria, que tomou e tem estado a tomar formas diversas; outro, aquilo a que chamamos o programa de apoio à produção nacional. Este último tem como objectivo dinamizar aqueles sectores que, não sendo básicos, são, no entanto, extremamente importantes na Economia Nacional e que são constituídos por numerosas pequenas e médias empresas, que se encontram dearticuladas, com problemas de ocupação da capacidade produtiva, de liquidez, etc., criando situações de tensão de emprego e de rigidez da malha económica.

Numa palavra, podemos, assim,

ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estalei-

lista com a arrastar-se. Portanto, a nossa preocupação in-

rao com aqueles que se movem nas pequenas e médias empresas,

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlar a produção e de participar a fundo na dinamização do seu próprio sector, não julgo que se possa falar de uma batalha de produção verdadeiramente revolucionária

cide sobre dois aspectos muito concretos, sendo um o «contrôle» dos serviços básicos da Indústria, que tomou e tem estado a tomar formas diversas; outro, aquilo a que chamamos o programa de apoio à produção nacional. Este último tem como objectivo dinamizar aqueles sectores que, não sendo básicos, são, no entanto, extremamente importantes na Economia Nacional e que são constituídos por numerosas pequenas e médias empresas, que se encontram dearticuladas, com problemas de ocupação da capacidade produtiva, de liquidez, etc., criando situações de tensão de emprego e de rigidez da malha económica.

Numa palavra, podemos, assim, dizer que a nossa preocupação fundamental é a dinamização. Para isso, vemos duas linhas, a que chamariamos a *dinamização pelo «contrôle»* e a *dinamização pelo mercado*. A primeira é aquela que, por via de nacionalizações ou segundo outros esquemas, permite o «contrôle» efectivo de determinadas empresas e sectores.

Acentuo que, para além da nacionalização, há outras formas de «contrôle». Em determinados sectores, de que é exemplo a metalomecânica, é intenção criar mecanismos e órgãos que tenham como objectivo o «contrôle» dessas actividades, segundo um esquema que até pode vir a ser, na minha opinião, politicamente mais progressista do que a própria nacionalização (na fase em que actualmente rios encontramos). Na verdade, se não for tirado um partido político muito rápido das próprias nacionalizações, dentro das novas estruturas que delas resultem, estas podem, em certa medida, ser bloqueadoras da dinamização dos próprios trabalhadores e da sua intervenção no processo revolucionário. E julgo ser indiscutível que, sem intervenções dos trabalhadores, se corre o risco de uma simples estatização.

A outra linha das nossas preocupações é, como dissemos, a dinamização pelo mercado, que se dirigirá aos sectores, cujos problemas fundamentais são, precisamente, os de mercado. Aqui, a intervenção não pode ser, só exclusivamente, do Ministério da Indústria. O caso mais típico é o das indústrias de materiais de construção.

Tem que haver, assim, a nível global do Governo ou de outros ministérios, uma acção comum com o objectivo de intervir e dinamizar outros sectores de actividade, que não dependem do Ministério da Indústria mas que têm um efeito de arrastamento absolutamente decisivo. No entanto, isso não quer dizer que, mesmo da parte do Ministério da Indústria, não tenham sido iniciadas determinadas acções no campo da dinamização pelo mercado.

Formas de «contrôle» mais progressistas do que as próprias nacionalizações

«D.N.» — O sr. secretário de Estado, ao referir-se ao controlo da produção, falou de outras formas e sistemas que, no seu entender, são mais progressistas do que as próprias nacionalizações. Poderá especificar essas formas?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O que digo é que há formas de controlo com potencialidades para poderem vir a revelar-se mais progressistas, mais «avanzadas» na fase actual, do que as próprias nacionalizações.

Na base de uma nacionalização, temos o Estado a tomar directamente, o lugar do empresário, o que pode conduzir a uma mera substituição de administradores, se não houver dentro dos sectores nacionalizados, e rapidamente, uma dinâmica muito grande por parte dos trabalhadores no sentido de uma participação activa no próprio processo de reestruturação desses sectores e dessas empresas.

Portanto, com as nacionalizações há um risco: o de se dar uma simples substituição de administrações. E esse risco depende da própria dinâmica dos trabalhadores. Eles terão uma palavra decisiva, mas a nacionalização, como tratamento de choque, pode, só por si, dar uma tranquilidade excessiva às próprias massas trabalhadoras com o argumento: «Agora, isto é nosso, pois o Estado tomou conta...».

Ora as formas de «contrôle» que não implicam imediatamente a nacionalização podem ser exercidas, por exemplo, por órgãos do Estado

ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estaleiros navais. Neste momento, está mesmo a criar-se uma comissão instaladora de um órgão de «contrôle» desse tipo neste sector, cuja estrutura é muito heterogénea.

Na verdade, para além de três grandes estaleiros — Lisnave, Setenave e Viana do Castelo —, que têm problemas muito específicos, há, neste sector, um conjunto de algumas dezenas de estaleiros, alguns dos quais muito pequenos e que até estão, neste momento, em regime de cooperativa de produção. Outros há de média envergadura, e outros até já com uma razoável dimensão e capacidade — São Jacinto, Mondego, etc. Tudo isto tem, pois, que ser articulado, pois há um equipamento produtivo importante, mas que está completamente desajustado e com problemas de ocupação.

E é nesse sentido que se está a lançar a experiência, estando já os trabalhadores a participar activamente na elaboração desse esquema.

Um outro caso, que posso citar, é o de um conjunto de quatro empresas metalomecânicas médias que estão, por vias diversas, sob «contrôle» do Estado. Estas empresas apresentam complementaridades tais, que nos levou a pensar que seria viável a elaboração de projectos comuns, tirando partido dos equipamentos das instalações e das capacidades técnicas. Os trabalhadores já criaram, inclusivamente, um secretariado comum a essas empresas e nós, Ministério da Indústria, vamos criar um grupo de trabalho para coordenar os vários projectos comuns.

Mas, o importante é que isto está a ser feito com a participação directa das comissões de trabalhadores das várias empresas. E, também

A reconversão da futura função do automóvel é uma tarefa eminentemente política, porque se trata de um sector que, só por si, é símbolo de determinado tipo de civilização

aqui, um esquema um pouco diferente das outras experiências, pois, caso a caso, as situações são diferentes, exigindo soluções diferentes.

A dinamização pelo mercado

«D.N.» — Para além destes problemas específicos do «contrôle» da produção há ainda os relacionados com a dinamização do mercado. Não estará, porém, esta questão também ligada ao comércio externo?

Secretário de Estado da Indústria — Está ligado e não só. Quase que diria que, resumindo muito, há, entre os sectores em crise, dois bastante importantes: o têxtil e o dos materiais de construção.

No caso do sector têxtil, que estava virado para mercado externo, é todo um programa de promoção no exterior que se tem que incrementar, o que, aliás, já tem vindo a ser feito, através do Fundo de Fomento de Exportação e de vários organismos de prospecção.

Mas, de qualquer modo, no âmbito do Ministério da Indústria, estamos a pensar, em conjunto com o Ministério do Comércio Externo, em lançar um esquema que terá como objectivo, de facto, dinamizar essa promoção externa, além de lançar as bases de uma reestruturação do sector.

Este sistema poderá, inclusivamente, ser feito através de algumas empresas importantes que, por via

Para nós, seria extremamente interessante que acordos deste tipo pudessem vir a ser assinados noutros domínios e com outros países. Inclusivamente, não é de excluir que, mesmo com a Polónia, venha a haver novos acordos deste tipo, mas noutros domínios, como no sector da metalomecânica. Por parte do governo polaco, nota-se, é justo sublinhar, uma abertura e compreensão muito grandes à situação portuguesa.

A reconversão da indústria automóvel

«D.N.» — Um dos pontos que, ultimamente, tem estado em foco, é o caso das linhas de montagem automóvel. Fala-se na necessidade de reconversão dessa indústria, na diminuição de modelos automóveis montados em Portugal. Qual a política a seguir pelo Ministério da Indústria?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O caso da indústria automóvel é uma das heranças mais dramáticas, do ponto de vista industrial, do anterior regime, na medida em que se promoveu a instalação de duas dezenas de linhas de montagem, em que o valor acrescentado nacional é muito reduzido, e se multiplicou o número de marcas e modelos. É um exemplo de sector que nasceu completamente distorcido e

...se não for tirado um partido político muito rápido das próprias nacionalizações dentro das novas estruturas que delas resultem, estas podem, em certa medida, ser bloqueadoras da dinamização dos próprios trabalhadores e da sua intervenção no processo revolucionário

virado para um tipo de civilização em que Portugal nem sequer estava (nem está) inserido. E esperamos que não venha a estar.

Este caso traz-nos também uma experiência curiosa e bastante positiva de participação dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas.

Há muito que se sabe que havia crise no sector, mas foi necessário a publicação das restrições de crédito para aquisição de automóveis para que isso servisse de «balde de água fria» e que pusesse toda a gente ligada ao sector consciente da necessidade de fazer qualquer coisa.

E foram os trabalhadores que criaram rapidamente uma comissão para estudar o problema da reconversão. E foram eles próprios que, em certo momento, descobriram que era necessário definir o papel do automóvel no país futuro.

O Ministério da Indústria, em reunião com delegados dessa comissão, decidiu, depois, promover a criação de um grupo de estudo sobre a política automóvel. Este grupo, que ficará ligado ao Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, irá tratar dos problemas que se deparam ao sector no seu conjunto, englobando, assim, os sectores industrial e comercial (este último, aliás, com o maior número de trabalhadores), mas numa óptica de futuro.

Vai, assim, tentar definir-se, e por isso mesmo participa no grupo o Ministério dos Transportes, qual deverá vir a ser o papel do automóvel daqui a «x» anos, em conjugação com os transportes colectivos, assim como o número de modelos a construir, e como chegar a isso a partir do que existe.

Tudo isto tem que ser definido num prazo de cinco meses. É uma tarefa eminentemente política, porque se trata de um sector que, só por si, é símbolo de um determinado tipo de civilização.

«Contrôle» da produção pelos trabalhadores: acção eminentemente política e revolucionária

«D.N.» — É, pois, nesta óptica de dinamização sectorial que o Ministério da Indústria vê o essencial do problema do «contrôle» da produção?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O «contrôle» de produção pelos trabalhadores é uma questão que tem sido pouco debatida e não me é possível agora desenvolver o tema. Quero apenas acentuar que o que temos estado a ver constitui o contributo do Ministério da Indústria para que tal «contrôle» tenha uma área de aplicação mais vasta que a da empresa isolada, e para que, portanto, os trabalhadores comecem a intervir na própria «gestão social». Mas o essencial do problema não reside nisto: reside na consciência dos trabalhadores de que o «contrôle» da produção é uma acção eminentemente política e revolucionária, e nas formas justas que saibam encontrar caso a caso, para exercer essa acção que, como é evidente, ultrapassa largamente o campo estritamente sindical. E não

mento e de longo prazo

as pessoas fossem arrastadas por uma via desse tipo; para produzir sem saber o quê, como, para quê, para quem...

Em muitas empresas, admito que os trabalhadores tenham empenho em produzir, em tirar dos equipamentos e das suas capacidades o maior rendimento. Mas, como vimos, há problemas de mercado, de financiamento e tantos outros e penso que, de certa maneira, pode ser frustrante, em certos casos, o lançar uma batalha da produção de uma forma relativamente discriminatória.

Quando digo discriminatória é no sentido de apontar exemplos de trabalhadores — por quem, aliás, penso que deve haver toda a admiração — mas que estão em situação favorável em relação a outros que só não produzem, porque não têm condições de o fazer. E são essas condições que o Ministério da Indústria conjuntamente com outros ministérios e comissões de trabalhadores, está a tentar criar.

A imagem do trabalhador exemplar pode revelar-se um pouco contraproducente e, mais do que isso, certas afirmações que têm sido feitas recentemente, e por pessoas de responsabilidade — e que não posso de maneira nenhuma subcre-

ver — aconselhando e fomentando a denúncia de trabalhadores por outros trabalhadores. Considero que é, de facto, algo que nada tem a ver com qualquer espécie de socialismo que se queira implantar em Portugal.

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlarem a produção e de participarem a fundo na dinamização do seu próprio sec-

LIBÉRATION. 13/08/1975 Les manifestants catholiques incendiant le siège du PCP, à Braga (AFP) 1/2

Page 8: interview de Joao Martins Pereira ancien secrétaire d'Etat à l'industrie

UN LEADER « PIED NOIR » INCULPE APRES UN ATTENTAT CONTRE UN NATIONALISTE BASQUE

Que veulent les harkis ? sur la base d'une révolte juste, les occupants des véritables ghettos institués par la France passent à l'action directe. Occupations, rapt, manifestations, les « mercenaires » de la France coloniale sont devenus des « contestataires ».

Pourtant derrière les harkis se profilent les

nostalgiques de l'Algérie française. Le responsable d'une association de rapatriés, est accusé par les patriotes basques d'être l'auteur d'attentats contre les autonomistes. Néo-fascistes, certains rapatriés s'engagent aujourd'hui dans une escalade violente où les « rapatriés musulmans » ne sont que des pions...

Voir page 3



MARTINS PEREIRA
SC1. VIDA PÚBLICA
SSC1, SEIT
SR17. ENTREVISTAS /2



Interview de l'ancien secrétaire d'Etat portugais à l'industrie

«LE POUVOIR POPULAIRE SEULE CHANCE DE FAIRE QUELQUE CHOSE DE NOUVEAU ET DE CREATEUR AU PORTUGAL»

Nous déclare Joao Martins Pereira

Il y a quelques semaines, Joao Martins Pereira, secrétaire d'Etat à l'industrie démissionnait du 4^e gouvernement provisoire portugais en expliquant les raisons de son attitude dans une lettre publiée dans la presse. Cette lettre était suivie, le lendemain, d'un long texte de Jorge Sampaio et Joao Cravinho analysant longuement la situation politique et économique portugaise (voir *Libé* du 18 et 21 juillet).

Extrêmement critiques à l'égard du PC, ceux qu'on appellent habituellement (et d'une façon d'ailleurs erronée) les « ex-MES », abordaient clairement les problèmes de la constitution du « bloc social d'appui à la révolution », de « l'appartidarisme » de l'alliance peuple MFA et de l'absence d'autorité et de pouvoir... Ces analyses nous avaient semblé très importantes et nous avons alors pris contact avec Joao Martins Pereira, qui est aussi un ami, afin qu'il précise un certain nombre de points évoqués dans sa lettre de démission.

Samedi dernier l'hebdomadaire *l'Expresso* devait reparler de « ex-MES » en publiant un de leur document qui annonçait « la formation d'une nouvelle organisation politique qui pourrait éventuellement se transformer et serait constituée autour de Jorge Sampaio, Joao Cravinho, Cesar Oliviera, Nono Berderode Santos et Joao Martins Pereira ». Ce texte qui n'est qu'un document de travail a été divulgué sans l'accord d'un certain nombre de ceux qui y avaient travaillé.

Joao Martins Pereira nous a confirmé qu'il n'est pour rien dans la rédaction du texte publié par *l'Expresso* ni d'ailleurs dans les discussions précédant son élaboration. « Je n'ai, nous a-t-il précisé, nullement l'intention de m'intégrer à quelque groupe, parti ou organisation que ce soit ».

José GARÇON

doubler en deux mois et atteindre six cent mille personnes en octobre) que désormais, c'est essentiellement du point de vue politique qu'on peut parvenir à « gagner » des gens. Mais seulement par des mesures très dures. Ainsi, je parle depuis janvier dernier d'une économie de guerre. Mais celle-ci suppose ou un support social très important ou une répression assez sévère. Je ne pense pas qu'on puisse en ce moment se passer d'une forte répression, quel que soit le pouvoir politique.

— Que signifie une forte répression ?

— Je disais tout à l'heure que l'on envisageait de réduire le prix des engrais et d'acheter tout le vin des agriculteurs du Nord pour conquérir — ou au moins pour neutraliser — des couches importantes de la petite-bourgeoisie rurale. Si on fait cela, il est évident que quelques jours plus tard, des masses énormes de travailleurs industriels vont réclamer des augmentations de salaire... Que faire alors ? Cela provoque exactement ce qu'il s'est passé au Chili la deuxième année de l'unité populaire... Alors ? Accorder des avantages énormes aux petits agriculteurs pour se les concilier et refuser aux ouvriers des augmentations de 20 % ? Qu'on le fasse ou pas, on sait ce que cela provoque. C'est en cela que je trouve ces mesures démagogiques, même si elles sont indispensables en ce moment...

— Les conflits partidaires sont-ils un blocage supplémentaire ?

— Actuellement, les partis ne rai-

ce terme a toujours été utilisé comme un slogan. Peut-être parce qu'au Portugal, l'impérialisme n'a pas la même pesanteur qu'en Amérique latine, par exemple, où la haine de l'Américain est partout présente. Ici, l'impérialisme est quelque chose de très abstrait : il faut le démasquer quotidiennement dans le concret. Par exemple, dans chaque investissement...

Ainsi, après le 25 avril, il était question de faire un investissement important : une usine créatrice de peu d'emplois dont la technologie et le financement sont étrangers et toute la production destinée à l'exportation... La commission des travailleurs était favorable à cela, car elle considérait que « l'entreprise allant de l'avant, l'emploi serait garanti »... Les représentants de la commission n'ont pas été convaincus de la nécessité de refuser cet investissement. Mal « idéologisés », ils raisonnent en termes qu'ils ne comprennent pas : leur argument était que les gens qui étudiaient ce projet le faisaient en termes de classe. Alors que justement parmi eux, se trouvait un certain nombre d'ingénieurs... Tout au Portugal doit être envisagé en fonction de l'indépendance nationale...

— Peux-tu définir la crise actuelle ?

— Contrairement aux deux crises précédentes du 28 septembre et du 11 mars, la crise actuelle est née « à froid ». Ça explique peut-être qu'elle soit plus profonde : même si nous ne connaissons pas encore tous les détails de ces crises passées, on sait en gros que le 28 septembre a marqué la chute de l'hypothèse spinoliste qui existait

réactionnaires qui « jouaient » l'entreprise familiale, ou qui étaient l'image même de la collaboration de classe dans la mesure où le patron en faisait partie. Mais ce n'est pas le problème : ce qui est révolutionnaire, ce n'est pas ce que les gens pensent en termes d'idéologie mais le fait même que ces commissions existent en tant que noyau de pouvoir. Même dans des entreprises familiales, c'est cela qui reste révolutionnaire. Mais tout ce mouvement n'a jamais été coordonné. Ainsi il fallait le mettre en liaison avec les structures militaires qui sont au Portugal, les plus puissantes et les plus agissantes. Car s'il existe au Portugal quelque chose qui puisse s'apparenter avec un mouvement de libération, ce sont justement les rapports nouveaux qui apparaissent dans les casernes, surtout dans celles qui ont le pouvoir militaire effectif et qui sont, dans leur zone, très liées avec les structures de pouvoir populaire. Si on parvenait à poser toutes ces initiatives en termes de pouvoir en les laissant se développer — et pas seulement dans les zones urbaines — si nous avions devant nous le temps suffisant pour le faire, il y aurait alors une chance... Mais ce problème du temps est grave : si nous avons 600 000 chômeurs à l'automne, il ne nous reste que peu de temps pour arriver à cette liaison avec les masses.

— Les organisations de la gauche révolutionnaire peuvent jouer un rôle important dans ce projet...

— Je ne le pense malheureusement pas. S'il existe au Portugal une chose bien peu nouvelle, ce sont bien les or-

José GARÇON

— Depuis le 25 avril, on a toujours pensé — ou, en tout cas, on a agi comme tel — qu'il était possible de s'attaquer à l'économie en termes purement économiques. On a ainsi imaginé toutes sortes de mesures économiques très classiques, qui n'ont pas eu la moindre efficacité. Parce qu'on n'a jamais lié l'action économique et l'action politique, ni fait le rapport entre ce qu'on tentait de faire dans le domaine économique et l'action quotidienne, concrète du gouvernement, des partis et des masses. Au point qu'il y a encore quelques mois, on répétait à la télévision qu'il fallait « investir à tout prix »...

Reste qu'aujourd'hui, et même dans les entreprises où les travailleurs sont peu politisés, on ne veut plus entendre parler de profit, on a un très fort sentiment anticapitaliste... La poussée politique des masses, la remise en cause de la hiérarchie dans l'entreprise, l'attaque contre les cadres ont existé justement parce que les masses étaient peu politisées. Alors, elles ont spontanément réagi contre l'oppression incarnée aussi bien par la PIDE ou la GNR que par le cadre ou le patron... Aussi, il est difficile, après une telle poussée, de pouvoir encore gagner la petite-bourgeoisie, et notamment les petits entrepreneurs industriels.

Par contre, il est encore possible de conquérir des couches importantes de petits agriculteurs, parce qu'ils ont été moins visés par la propagande idéologique. C'est très difficile de « gagner » à la révolution un petit entrepreneur capitaliste qu'on a, pendant des mois, traité de « fasciste » et de « réactionnaire ». Alors qu'il reste possible de transformer une mentalité de petits rentiers, de métayers, de gens vivant dans des rapports économiques pré-capitalistes et de les amener à soutenir un projet de socialisme.

— Quelles couches pourraient être conquises par la révolution et avec quel type de mesures ?

— Disons que l'on pourrait gagner certaines couches de la petite-bourgeoisie. J'entends par petite-bourgeoisie les petits entrepreneurs commer-

ciaux, ou industriels, ainsi que toute une couche de travailleurs employés et fonctionnaires qui sont touchés par l'idéologie petite-bourgeoise de consommation mais qui restent des salariés d'Etat, des compagnies d'assurances, de la publicité, etc. : ceux qu'on appelle, en fait, les masses populaires (bien qu'ils ne constituent ni le prolétariat industriel, ni le prolétariat agricole). On peut faire jouer chez eux le réflexe du travailleur salarié et en faire ainsi des alliés. C'est indispensable et, je le crois, possible. Mais, en ce qui concerne les entrepreneurs non-agricoles eux-mêmes, c'est très difficile.

Je pense que l'on va tenter à court terme de gagner les couches petites-bourgeoises non-urbaines par toute une série de mesures économiques, peut-être vaguement démagogiques, mais qui peuvent avoir un rôle important. On envisage ainsi de réduire fortement le prix des engrais, d'acheter tout le vin stocké aujourd'hui... C'est un coût financier énorme, mais cela peut avoir des conséquences politiques positives. Ces mesures donneront un délai de deux ou trois mois. Ce répit n'est pas négligeable, surtout dans le Nord, où la situation devient réellement explosive et où l'agitation peut atteindre le Sud, sans parler des conséquences dans l'armée. Mais ce « délai » doit être utilisé pour définir une politique tout court et une politique économique, car il ne se prolongera pas...

— Tu as démissionné il y a quelques semaines du secrétariat d'Etat à l'Industrie en expliquant longuement les raisons de ton attitude dans une lettre envoyée au Conseil de la révolution et au président de la République. Pourquoi ne pas avoir tenté de mettre en place ces mesures, d'utiliser ce « répit » ?

— Je pensais que nous en étions arrivés à un point où je ne voyais plus très bien ce qu'on pouvait encore faire. Car le problème n'est plus de « faire » : on peut imaginer des dizaines de mesures sur le plan économique, mais le seul problème, c'est d'avoir la capacité de les faire appliquer. Car la situation est telle (le chômage peut

gogiques, même si elles sont indispensables en ce moment...

— Les conflits partidaires sont-ils un blocage supplémentaire ?

— Actuellement, les partis ne raisonnent pas en termes économiques. Mais — surtout pour les grands partis — en termes d'occupation de pouvoir uniquement. Ils pensent pouvoir tout résoudre ainsi, alors qu'ils ne proposent pas de solution possible pour la crise actuelle. Or, si demain Suarez était Premier ministre comme il l'affirme possible, l'économie serait immédiatement paralysée car les travailleurs ne l'accepteraient pas... Même si, dans le Nord, c'était mieux admis. Cela ne pourrait déboucher que sur une confrontation violente. Il n'aurait même pas le temps de recevoir l'argent du Marché commun...

— On parle justement beaucoup des conditions que le Marché commun exige du Portugal pour accorder des crédits. Qu'en penses-tu ?

— C'est précisément un problème très important car on ne cesse de parler d'indépendance nationale dans ce pays sans avoir jamais joué cette carte... Or une partie non négligeable de la petite-bourgeoisie pourrait être mobilisée autour d'un programme effectif d'indépendance nationale. Le Marché commun se prépare, nous dit-on, à accueillir le Portugal, à lui prêter de l'argent. A condition que nous ayons une « démocratie pluraliste »... Alors on s'évertue à tout prix à montrer que dans les documents du MFA, il est effectivement question de démocratie pluraliste. C'est exactement le contraire de ce qu'il faut faire. Personne ne prête des milliards par générosité, mais parce qu'il en attend un résultat politique. Il s'agit dès lors de parler le langage que nos interlocuteurs de la CEE comprennent : c'est-à-dire celui des affaires. Leur dire clairement que nous avons deux jeux différents. Nous voulons utiliser l'argent de la CEE pour faire le contraire de ce qu'elle souhaite : poursuivre le processus révolutionnaire. Si on nous prête de l'argent, c'est en espérant avoir une influence sur ce qui se passe ici. Si on refuse ce prêt, il faut en mesurer les conséquences : le Portugal peut s'en sortir en tombant entièrement sous la coupe de Moscou, par exemple, ou en s'isolant complètement...

C'est donc à la CEE de décider. Mais il n'y a pas de conditions à poser. C'est cela l'indépendance nationale. Or

mais, la crise actuelle est née « à froid ». Ça explique peut-être qu'elle soit plus profonde : même si nous ne connaissons pas encore tous les détails de ces crises passées, on sait en gros que le 28 septembre a marqué la chute de l'hypothèse spinoliste qui existait encore au sein du MFA et paralysait tout... On pouvait dès lors commencer à prendre des mesures révolutionnaires. Quoi qu'on puisse penser des nationalisations, elles ont servi à détruire un certain nombre de liens de domination de la grande bourgeoisie ce qui a permis d'entrer dans une nouvelle phase. A un certain moment et sans qu'on sache très bien pourquoi, celle-ci a abouti à une « crise à froid ». Vers la mi-juin, sans aucun conflit ouvert apparent, les discussions entre les militaires ont commencé... Elles ont été à l'origine de la crise actuelle. Dans cette mesure, on peut dire que les militaires l'ont volontairement créée. Mais si cela a pu se passer, c'est que la crise existait déjà à l'état latent : certains militaires ont eu le mérite de la révéler. Tout le monde avait le sentiment que les contradictions devaient être résolues, que cela ne pouvait pas durer ainsi. Malgré cela, ils ont essayé de maintenir la coalition gouvernementale : cela a provoqué la crise actuelle. C'est à dire une situation caractérisée par un nouveau compromis, bien qu'il soit d'un type très différent : le triumvirat. Même si on peut penser qu'il ne sera pas viable très longtemps, on est parvenu ainsi à concentrer dans ce type d'organe et plus ou moins nettement les trois grands types de solutions pouvant être envisagées. Deux solutions « classiques » représentant deux courants et une troisième possibilité, encore mal définie et qui a de grandes difficultés à s'imposer sans passer par les organisations : le pouvoir populaire. Si il y a encore aujourd'hui une chance de voir quelque chose de nouveau et de créateur au Portugal, cela ne peut résulter que du développement de cette « troisième voie ». Ce qu'on appelle sans trop bien savoir encore ce que c'est, le pouvoir populaire, s'est développé partout après le 25 avril d'une façon anarchique, hétérogène, sans idéologie définie. Cela peut parfois poser des problèmes dans la mesure où lorsqu'on parle par exemple d'une commission de moradores, il peut s'agir de quelque chose de véritablement révolutionnaire mais aussi quelquefois de réactionnaire. J'ai vu des dizaines de commissions de travailleurs, les unes nettement orientées vers des partis ou des organisations, les autres franchement

les organisations de la gauche révolutionnaire peuvent jouer un rôle important dans ce projet...

— Je ne le pense malheureusement pas. S'il existe au Portugal une chose bien peu nouvelle, ce sont bien les organisations de la gauche révolutionnaire... Et c'est dramatique. Elles sont au Portugal les mêmes que partout ailleurs : intéressantes en termes de production théorique, parfois d'insertion dans certaines luttes. Mais dans une situation révolutionnaire ou au moins pré-révolutionnaire comme le Portugal aujourd'hui, elles ne « donnent » rien. Elles se contentent de se définir — dans des textes — par rapport au PC ou au PS, mais elles n'ont jamais mis en avant un projet de développement de ce pouvoir populaire dont elles parlent tant.

D'autre part, et sans faire d'économisme (parce que je sais trop bien que les solutions économiques sont prioritairement politiques), il manque à ces organisations un minimum de connaissance des problèmes économiques. Il faut avoir conscience de cela... savoir comment transformer un système économique en un autre système... Cela pose des problèmes énormes. Alors, la gauche révolutionnaire raisonne ponctuellement : sur une lutte, dans une entreprise...

— Tu faisais allusion tout à l'heure au problème du temps qui risque de faire défaut. Pourquoi ?

— Je ne pense pas qu'il puisse y avoir beaucoup de surprises. La seule possible pourrait être le succès de la troisième voie, de la liaison avec les masses : elle le sera si dans le domaine économique les choses ne se précipitent pas trop. On aurait alors un type d'organisation sociale, d'organisation de la production et du pouvoir très démocratique au sens le plus fort du mot. Quelque chose de très décentralisé et de fortement appuyé sur les organisations locales ou d'entreprises. Si nous n'avons pas le temps d'arriver à cela, si la situation se précipite, nous arriverons alors, avec ou sans guerre civile, à une dictature d'extrême droite ou de type stalinien — qui aboutirait de toute façon sur l'extrême droite à plus ou moins longue échéance. Dans la meilleure des hypothèses, cela pourrait être une solution qu'on qualifie parfois de « prétorienne », ni nassérienne, ni péruvienne mais péroniste. Si tant est que l'on puisse appeler cela une solution...

Propos recueillis par
José GARÇON

MARTINS PEREIRA
SSI. VIDA PÚBLICA
SSCI. SEIT

LE MONDE 14/08/1975

SR17. ENTREVISTAS



« NOUS VOULONS UTILISER L'ARGENT DE LA C.E.E. POUR POURSUIVRE LE PROCESSUS RÉVOLUTIONNAIRE », déclare M. Martin Pereira, ancien secrétaire d'État à l'industrie.

Le quotidien *Libération* publie, dans son numéro du 13 août, une longue interview de M. Joao Martins Pereira, ancien secrétaire d'Etat portugais à l'industrie, proche du mouvement de la gauche socialiste (MES), qui avait démissionné du quatrième gouvernement provisoire en juillet dernier.

« On ne cesse de parler d'indépendance nationale, dans ce pays, sans avoir jamais joué cette carte, déclare notamment M. Martins Pereira. Or une partie non négligeable de la petite bourgeoisie pourrait être mobilisée autour d'un programme effectif d'indépendance nationale. Le Marché commun se prépare, nous dit-on, à accueillir le Portugal, à lui prêter de l'argent. A condition que nous ayons une « démocratie pluraliste »... Alors, on s'évertue à tout prix à montrer que, dans les documents du M.F.A., il est effectivement question de démocratie pluraliste. C'est exactement le contraire de ce qu'il faut faire. Personne ne prête des milliards par générosité, mais parce qu'il en attend un résultat politique. Il s'agit dès lors de parler le langage que nos interlocuteurs de la C.E.E. comprennent : c'est-à-dire celui des affaires. Leur dire clairement que nous avons deux jeux différents. Nous voulons utiliser l'argent de la C.E.E. pour faire le contraire de ce qu'elle souhaite : poursuivre le processus révolutionnaire. Si on nous prête de l'argent, c'est en espérant avoir une influence sur ce qui se passe ici. Si on refuse ce prêt, il faut en mesurer les conséquences : le Portugal peut s'en sortir en tombant entièrement sous la coupe de Moscou. »

« C'est donc à la C.E.E. de décider. Mais il n'y a pas de conditions à poser. C'est cela l'indépendance nationale. Or ce terme a toujours été utilisé comme un slogan. Peut-être parce que, au Portugal, l'impérialisme n'a pas la même pesanteur qu'en Amérique latine, par exemple, où la haine de l'Américain est partout présente. Ici, l'impérialisme est quelque chose de très abstrait : il faut le démasquer quotidiennement dans le concret. »

PORTUGAL

A crítica de um economista (político)

MEDO AO POVO

João Martins Pereira, ex-secretário do Estado de um dos governos da Revolução portuguesa, critica o comportamento dos grandes partidos e da ultra-esquerda na crise.

O secretário de Estado da Indústria do Quarto Governo Provisório de Portugal, João Martins Pereira, pode ser considerado uma figura de destaque no atual momento político e econômico português. Quando ele pediu demissão do cargo que ocupava, elaborou uma carta ao Conselho da Revolução onde denunciava alguns dos problemas que dificultavam o prosseguimento do Movimento de 25 de abril. Essa carta foi o início de uma série de documentos que analisavam a situação portuguesa, como o dos Nove e o do Copcon. Recentemente, João Martins Pereira deu uma entrevista ao jornal francês *Libération*, também publicada na revista *Vida Mundial*, de Portugal, que transcrevemos.

Martins Pereira — Depois do 25 de abril, pensou-se sempre — ou, pelo menos, atuou-se sempre — como se fosse possível tratar a economia em termos puramente econômicos. Imaginaram-se, assim, as mais diversas espécies de medidas econômicas clássicas, muito clássicas, que não tiveram a menor eficácia. Nunca se ligou a ação econômica à ação política, nem se conjugou o que se tentava fazer no domínio econômico com a ação quotidiana, concreta, do governo, dos partidos e das massas. A ponto de, ainda há poucos meses, repetir-se na televisão que era preciso "investir a todo o custo"... Hoje, mesmo nas empresas onde os trabalhadores estão menos politizados, ninguém quer ouvir mais falar em lucro. Há um forte sentimento antikapitalista. A arrancada política das massas, a colocação em causa da hierarquia na empresa surgiram exatamente porque as massas estavam pouco politizadas, reagindo espontaneamente contra a opressão, tão bem encarnada pela PIDE ou Guarda Nacional Republicana, como pelo chefe ou pelo patrão. Assim é difícil, depois de um tal movimento, poder ainda conquistar a pequena-burguesia, nomeadamente os pequenos empresários industriais. Em contrapartida, será possível ainda conquistar-se camadas importantes de pequenos agricultores, pois estes foram menos visados pela propaganda ideológica. É muito difícil "ganhar" para a revolução um pequeno empresário capitalista que, durante meses, foi tratado de "fascista" e "reacionário". Mas é possível transformar uma mentalidade de pequenos rendeiros, caseiros, gente que vive num sistema de relações econômicas pré-capitalistas, e levá-los a defender um caminho socialista.

P — Que camadas poderiam ser conquistadas para a revolução e com que tipo de medidas?

MP — Digamos que poderiam ser conquistadas algumas camadas da pequena-burguesia. Entendo por pequena-burguesia os pequenos empresários comerciais ou industriais, além de toda uma camada de trabalhadores empregados e funcionários tocados pela ideologia pequeno-burguesa de consumo, mas que continuam a ser assalariados do Estado, das companhias de seguros, da publicidade etc. Aqueles a quem se chama, de fato, de massas populares, embora não constituam nem o proletariado industrial nem o agrícola. É indispensável e possível que o trabalhador assalariado faça deles um aliado. Mas, no que se refere aos empresários não agrícolas, acho muito difícil. Penso que se vai tentar, a curto prazo, conquistar as camadas pequeno-burguesas não urbanas através de uma série de medidas

econômicas, talvez vagamente demagógicas, mas que podem desempenhar um papel importante. Assim, é prevista uma acentuada redução no preço dos adubos, a compra de todo o vinho armazenado. É um encargo financeiro enorme, mas que pode ter consequências políticas positivas. Estas medidas permitirão uma moratória de dois ou três meses. Isto terá uma importância muito grande no Norte do país, onde a situação é explosiva e pode chegar a um nível que chegue a se estender ao Sul, sem falar de suas consequências dentro das Forças Armadas. Mas esta "moratória" deve ser utilizada para definir uma política, uma política econômica, porque não irá prolongar-se.

P — Há poucas semanas, o sr. se demitiu da Secretaria de Estado da Indústria, explicando as razões de sua atitude numa carta enviada ao Conselho da Revolução.

MP — Achei que tínhamos chegado a um ponto em que não se via muito bem o que poderia ser feito. O problema já não é o de se "fazer": podem ser imaginadas dezenas de medidas no plano econômico, mas o único problema é ter capacidade para aplicá-las. A situação é de tal ordem — o desemprego pode duplicar em dois meses e atingir 600 mil pessoas até outubro — que, agora, só se poderá "ganhar" as pessoas do ponto de vista político. Mas só através de medidas muito duras. Desde janeiro deste ano que falo de uma economia de guerra. Mas isto pressupõe um apoio social muito grande ou uma repressão muito severa. Não julgo que se possa passar neste momento sem uma forte repressão. Seja qual for o poder político.

P — Os conflitos partidários serão uma espécie de bloqueio suplementar?

MP — Atualmente, os partidos não raciocinam em termos econômicos. Todos os partidos, principalmente os grandes, só pensam na tomada do poder. Pensam que podem resolver tudo com isso e não propõem uma solução possível para a crise atual. Se amanhã, Mário Soares fosse primeiro-ministro, como ele afirma possível, a economia ficaria imediatamente paralisada. Os trabalhadores não o aceitariam. Mes-



João Martins Pereira

mo que no Norte do país isso fosse admitido, o impasse só seria resolvido com uma confrontação violenta. Ele nem teria tempo de receber o dinheiro do Mercado Comum.

P — O que o sr. pensa das condições que o Mercado Comum estaria impondo para conceder créditos a Portugal?

MP — Este é um problema muito importante. Estamos sempre falando em independência nacional sem nunca termos jogado esta carta. Uma parte considerável da pequena-burguesia poderia ser mobilizada em torno de um programa efetivo de independência nacional. Dizem que o Mercado Comum se prepara para receber Portugal, para lhe emprestar dinheiro. Desde que nós tenhamos uma "democracia pluralista". Então, procuramos mostrar nos documentos do MFA que tratamos de construir uma "democracia pluralista". Exatamente o contrário do que se deveria fazer. Ninguém empresta milhares de milhões por generosidade, mas porque espera disso algum resultado político. Temos que falar a linguagem que os nossos interlocutores da CEE compreendem: a dos negócios. Temos que lhes dizer claramente que temos dois jogos diferentes.

Para ele, os dirigentes partidários pensam que podem resolver tudo com a pura e simples tomada do poder e não se preocupam em propor soluções concretas e possíveis.

Queremos utilizar o dinheiro deles para fazer o contrário do que eles querem: prosseguir o processo revolucionário. Se nos emprestam dinheiro, é na esperança de terem uma influência sobre o que se passa em Portugal. Se a CEE recusa o empréstimo, temos que medir as consequências: Portugal pode sair completamente isolado ou sob um novo domínio, o de Moscou. A Comunidade Econômica Europeia deve decidir. Mas não pode impor condições. Independência nacional é isso. Essa expressão é um pouco afastada de nossa realidade. Em Portugal o imperialismo não se apresenta com o mesmo peso como na América Latina, onde o ódio ao norte-americano é onipresente. Aqui, o imperialismo é qualquer coisa de abstrato. Temos que desmascará-lo dia a dia.

P — Qual sua definição da crise atual?

MP — Ao contrário das duas crises precedentes, o 28 de setembro é o 11 de março, a crise atual nasceu fria, talvez por isso seja mais profunda. Não conhecemos todos os detalhes das crises passadas. O 28 de setembro marcou a queda do *spínolismo* que existia no seio do MFA e paralisava tudo. Podiam, então, ser tomadas medidas revolucionárias. Seja qual for a nossa interpretação das nacionalizações, elas serviriam para destruir um grande número de laços da grande burguesia, o que permitiu a entrada numa nova fase. Em dado momento, sem que se soubesse por que, chegamos a uma crise fria. Em junho, sem qualquer conflito aberto evidente, começaram as discussões entre militares, que até hoje se desenvolvem e agravam. Isto aconteceu porque a crise já existia em estado latente. Todos sentiam que as contradições deviam ser resolvidas, que a coisa não podia prolongar-se. Apesar disso, tentaram manter a coligação governamental — o que provocou a crise atual. Mesmo que não se pense que o triunvirato (o governo anterior) não será viável por muito tempo, chegaram a se concentrar neste tipo de órgão os três grandes tipos de solução viáveis. Duas soluções clássicas, e uma terceira possibilidade, ainda mal definida e que tem grandes dificuldades para se im-

por sem passar pelas organizações: o poder popular. Isso que se chama, sem se saber exatamente o que é, poder popular, vem-se desenvolvendo por toda parte depois do 25 de abril, de uma forma anárquica, heterogênea, sem ideologia definida. Tenho visto dezenas de comissões de trabalhadores, umas nitidamente orientadas para os partidos ou por organizações, outras francamente reacionárias, que eram a própria imagem da colaboração de classes, o patrão fazia parte delas. Mas o problema não é esse. O que é revolucionário não é o que as pessoas pensam, em termos de ideologia, mas o simples fato de essas comissões existirem como centro de poder. Mesmo nas empresas familiares, isso é que é revolucionário. Mas esse movimento nunca foi coordenado. Era preciso uma ligação com as estruturas militares, que são, em Portugal, as mais poderosas e atuantes. Se há em Portugal alguma coisa que possa aparentar um movimento de libertação, são precisamente as novas relações que vêm das casernas, sobretudo as que têm o poder militar efetivo e que estão, na sua zona, muito ligadas às estruturas de poder popular. Se todas essas iniciativas se desenvolvessem, não apenas nas zonas urbanas, se tivessem tempo suficiente para isso, haveria uma possibilidade... Mas este problema de tempo é g. ve. Com 600 mil desempregados no outono, temos pouco tempo para conseguir essa ligação com as massas.

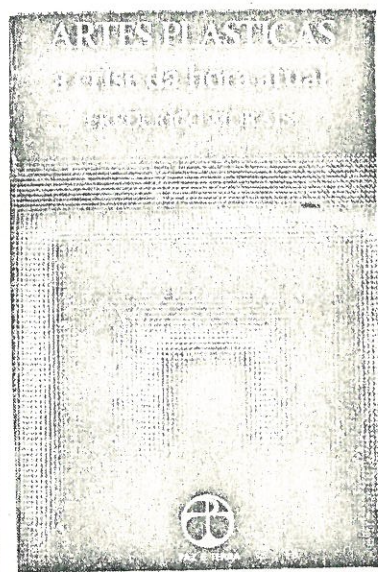
P — As organizações da esquerda revolucionária podem desempenhar um papel importante nesse projeto...

MP — Infelizmente, não creio. Se há qualquer coisa de novo em Portugal, são precisamente as organizações da esquerda revolucionária. Elas são em Portugal as mesmas que por toda parte. Interessantes, em termos de produção teórica, por vezes participam de certas lutas. Mas, numa situação revolucionária, ou pré-revolucionária, não "dão" nada. Contentam-se em se definir teoricamente em relação ao PC e ao PS, mas nunca avançam com um projeto de desenvolvimento do poder popular de que tanto falam. Por outro lado, sem fazer economismo (sei que as soluções econômicas são prioritariamente políticas), falta a essas organizações um mínimo de conhecimento dos problemas econômicos. É preciso se saber transformar um sistema econômico noutro sistema econômico. A esquerda revolucionária ainda está raciocinando em termos imediatos: uma luta, uma empresa.

P — Por que o tempo poderá faltar?

MP — Nisso não existem grandes surpresas. A única surpresa possível seria, talvez, o sucesso da terceira via, a ligação com as massas. Isso ocorrerá, se as coisas não se precipitarem no campo econômico. Teremos, então, um tipo de organização social, de organização da produção e do poder muito descentralizado e fortemente apoiado nas organizações locais ou das empresas. Se não tivermos tempo de chegar lá, chegaremos então, com ou sem a guerra civil, a uma ditadura de extrema-direita ou do tipo "estaliniano" — que, de qualquer modo, conduziria à extrema-direita, a maior ou menor prazo. Na melhor hipótese, isso poderia ser uma solução *pretoriana*, nem nasserista, nem peruana — peronista. Se é que se pode chamar isso de solução...

PROXIMO LANÇAMENTO PAZ E TERRA



ARTES PLÁSTICAS: A CRISE DA HORA ATUAL
de Frederico Moraes

O autor de "Domingos de Criação" analisa a vanguarda brasileira dentro de um contexto mais amplo, no qual a atividade artística é entendida como parte do nosso projeto de nação.

Em todas as livrarias ou pelo reembolso postal.

Cr\$ 25,00
168 págs.

EDITORA PAZ E TERRA
Rua Abade Ramos, 78
Tels.: 226-1764 e 246-0106
Telex: 212-2643/ Rio de Janeiro/ Brasil

